

A antropologia brasileira diante da hegemonia ocidental e as possibilidades de aplicação da antropologia no mercado de trabalho¹

Kabengele Munanga

Universidade de São Paulo

Minhas primeiras palavras são certamente de agradecimento aos colegas coordenadores do curso de Ciências Sociais, pelo convite que muito me honra, para proferir a aula inaugural deste ano para vocês. Proponho-lhes o tema “A antropologia brasileira diante da hegemonia ocidental e as possibilidades de aplicação da antropologia no mercado de trabalho”. O que entendo por este pomposo título?

Vocês ingressaram num curso chamado Ciências Sociais, composto pelas disciplinas de antropologia, sociologia e ciências políticas. Denominação um tanto arbitrária que tem a ver com as tradições e predileções acadêmicas, pois algumas disciplinas, que não entram nesta denominação, poderiam também ser consideradas como ciências sociais. Seria o caso das ciências da educação, da história, da comunicação, da psicologia social, da geografia humana e cultural, do direito, das relações internacionais, entre outras. Não vamos entrar aqui no debate interminável sobre a definição das ciências sociais e fiquemos amoldados na categoria que nos foi consignada na tradição da nossa universidade.

Pois bem! Nossas ciências sociais, como todas as ciências e aquisições humanas, têm uma dimensão espacial e temporal. Espacial, porque essas ciências não caíram do céu, foram inventadas a partir de algum lugar, de alguns espaços geográficos. Desses lugares de invenção ou de descoberta, elas foram mundializadas ou globalizadas pelos contatos, pelas relações entre povos e pelos empréstimos. Não quero ser acusado de difusionista, mas alguma difusão aconteceu sem negar as descobertas paralelas e independentes. Temporal, porque na noite do tempo, essas ciências alargaram seu campo semântico ao receber outras interpretações e significações, ao reinventar novos esquemas teórico-conceituais e metodológicos.

Quero dizer que as ciências sociais, que hoje praticamos, foram originalmente inventadas, até onde eu saiba, nos países ocidentais. Vejam nossa formação teórica em sociologia, antropologia e ciências políticas desde os pré-clássicos, os clássicos, os modernos, os pós-modernos e os contemporâneos. Diria que nossos ancestrais, que construíram os grandes paradigmas e escolas de pensamento antropológico, são todos ocidentais, principalmente da França, Grã-Bretanha, Estados Unidos e um pouco da Alemanha, com a escola histórico-cultural de Viena. Não vejo portugueses, espanhóis, belgas, holandeses, italianos e tantos outros países da Europa na lista das grandes correntes de pensamento antropológico que fazem parte da nossa formação, e certamente da formação dos estudiosos da minha geração.

Sem defender a teoria do Centro e da Periferia do sistema capitalista, pois o espaço geográfico deste centro tornou-se frouxo por causa da transnacionalidade do capital e da globalização do mercado, acredito ainda na existência do Centro e da Periferia em termos de pesquisa e produção teórica, pois ainda constituem nossas referências na leitura e interpretação das realidades de nossos países, que se encontram na margem dos três países que formam o centro da produção antropológica:

França, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Sendo o Brasil considerado hoje como um país emergente e nossa universidade classificada no *ranking* mundial entre as 300 melhores universidades do mundo, creio que nossas ciências sociais estão entre a margem e o centro em termos da qualidade e quantidade de produção do conhecimento científico.

Exerço a profissão de antropólogo há mais de trinta anos no Brasil, país de onde não sou originário. Daí minha segunda marginalidade, que vem se somar à marginalidade brasileira em relação ao centro hegemônico da antropologia. O fato de ser marginal em relação à própria margem de onde falo me ofereceria alguma facilidade para a crítica? Talvez sim, talvez não. Mas uma coisa é quase certa: a possibilidade de ter um olhar diferenciado do dos demais colegas.

A questão fundamental que ponho é saber até que ponto a quase-hegemonia científica do centro continua determinante no campo da antropologia brasileira para a definição dos paradigmas epistemológicos e das problemáticas teóricas, ou já é possível exercer um peso real na ciência antropológica brasileira sem se apoiar teoricamente sobre o centro? A tese que defendo é a de que as críticas pós-colonialistas não teriam abalado as bases da disciplina antropológica porque os materiais etnográficos e as populações locais continuam a ser analisados e interpretados através dos métodos e das teorias provindos do centro. Em outros termos, estamos diante de uma antropologia a ser reinventada, apesar das críticas, que, por mais saudáveis que possam ser, ainda não oferecem garantia para avanço teórico. Creio que este breve introito abre caminho para discutir os argumentos que sustentam nossas hipótese e tese.

Antropologia: ciência das sociedades primitivas? Tal é o título de uma obra coletiva de Jean Copans, Serge Tornay, Maurice Godelier e Catherine Backès-Clément. Embora interrogativo, este título traduz a ideia que durante muito tempo se tem da antropologia como ciência consagrada ao estudo das sociedades ditas primitivas, isto é, dos ameríndios,

negros africanos, aborígenes australianos, asiáticos, enfim, de todos os povos que podem ser englobados na categoria de não europeus, não ocidentais e não brancos, ideia que certamente não é defendida pelos autores da obra².

Em seu artigo intitulado “A crise moderna da antropologia”, Claude Lévi-Strauss alertava os pesquisadores sobre dois perigos que então ameaçavam a antropologia: sua rejeição pelos africanos, que não queriam mais ser considerados primitivos ou que perdiam as características “primitivas” por um lado e a perda de seus objetos tradicionais de estudo, isto é, os índios em pleno processo demográfico de desaparecimento, por outro lado³.

A partir da independência da maioria dos países africanos nos anos 1960, a antropologia foi uma das disciplinas científicas mais criticadas, por ter se colocado a serviço da Missão Civilizadora enquanto “*corpus*” científico justificador e legitimador da ideologia colonial. Naqueles anos, era bastante dificultada aos antropólogos ocidentais, por causa dessa postura, a pesquisa de campo em terreno africano. Alguns se fizeram passar por sociólogos do desenvolvimento para poderem realizar suas pesquisas nos países africanos recém-independentes⁴. Foi por isso que diversos antropólogos ocidentais, em seus textos críticos, qualificaram sua própria disciplina de “filha do imperialismo e do colonialismo”, pois foi justamente no espaço geográfico do colonialismo e do imperialismo que a antropologia encontrou as condições propícias para seu desenvolvimento empírico e teórico⁵.

Uma disciplina que cresceu naquelas condições históricas não podia, infelizmente, evitar relações íntimas e sub-reptícias com os pensadores e organizadores da conquista colonial. Foi justamente por causa dessas relações que a antropologia foi objeto de virulentas críticas tanto dos africanos como dos europeus, principalmente os da geração pós-colonial. A crítica africana e a autocrítica ocidental se dirigem ambas ao conteú-

do ideológico da antropologia iluminista, vitoriana, evolucionista, clássica e moderna. No entanto, essas críticas não chegaram a provocar uma revisão profunda das bases epistemológicas da disciplina. Os paradigmas, métodos de pesquisa, esquemas explicativos e modelos teóricos de análise desenvolvidos a partir dos países tradicionalmente conhecidos como grandes centros de produção do conhecimento (França, Inglaterra, Estados Unidos e companhia) não foram tocados. O que fizemos, muitas vezes, é uma releitura crítica das teorias a partir de novos materiais etnográficos e da dinâmica sociocultural de nossas populações, sem necessariamente abalar as bases epistemológicas da antropologia⁶.

Este panorama mutilado sobre a crítica da antropologia colonial na África serve-me de introdução para uma descrição da produção e do trabalho do antropólogo no Brasil, país onde exerço essa profissão há cerca de trinta anos.

Até o fim do século XIX, início do século XX, os ameríndios constituíam o único objeto de pesquisa antropológica no Brasil, no sentido de uma ciência das sociedades primitivas. As críticas feitas à antropologia da África no decorrer dos anos 1960 não tocaram à antropologia brasileira, que na época era considerada, na opinião popular, como o estudo do índio. Disciplina ocidental que começara com as expedições estrangeiras europeias, a antropologia se transformou pouco a pouco numa disciplina científica universitária sob a influência dos raros antropólogos brasileiros formados nas universidades ocidentais e nacionais por antropólogos e sociólogos europeus convidados a formar os primeiros núcleos de estudos antropológicos no país. Tal foi o caso de Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide, que figuram entre os fundadores da antropologia e sociologia na Universidade de São Paulo, nos anos 1930.

O movimento de crítica à antropologia colonial não produziu os mesmos efeitos no Brasil por causa da situação dos povos indígenas, objetos tradicionais da antropologia, que vivem ainda sob a tutela do

Estado, submetidos a uma legislação especial e confinados nos territórios étnicos oficialmente delimitados. Os índios não se tornaram, até hoje, “sujeitos” do discurso científico sobre suas culturas e sociedades, como em África. Aliás, não conheço pessoalmente mais de um antropólogo brasileiro de ascendência ameríndia. Essa ausência explicaria porque a antropologia brasileira, construída pelos brasileiros brancos a partir da antropologia ocidental, ainda não sofreu crítica provindo do universo indígena, como na África. Não sabemos o que poderá acontecer quando tivermos um bom número de antropólogos indígenas capazes de um olhar crítico sobre o que se escreveu até agora em sua ausência sobre suas culturas e sociedades.

Apesar de sua origem euro-americana, creio que a antropologia brasileira de hoje não pode ser considerada uma disciplina politicamente dominada, como na África, onde, me parece, a maior parte dos trabalhos e obras de grande envergadura ainda são produzidos pelos ocidentais provindos do grande centro de pensamento antropológico. Quantitativamente, os antropólogos brasileiros, oriundos principalmente das grandes universidades públicas do país, cobrem hoje diversos domínios da pesquisa, indo dos estudos sobre as sociedades indígenas aos estudos sobre as sociedades contemporâneas rurais e urbanas. Estudos monográficos centrados nos sistemas de parentesco, organizações e estruturas sociais, religiões, cosmogonias, sistemas econômicos, políticos etc., ainda são realizados cá e lá, respeitando as dinâmicas socioculturais em ação.

A partir do fim do século XIX, as populações negras do Brasil se tornaram também objeto de estudos antropológicos nos mesmos modelos e esquemas aplicados às sociedades indígenas, centrados nos fenômenos de resistência cultural, principalmente religiosos. Foi somente a partir dos anos 1950/1960 que uma nova área de pesquisa foi inaugurada sobre as realidades sociais dos negros, devido aos preconceitos, à discriminação e às desigualdades raciais vigentes na sociedade. Essa nova área de

pesquisa, que foi batizada Antropologia e/ou Sociologia das Relações Raciais e Interétnicas, foi iniciada pelos estudos sobre a mobilidade social dos negros numa sociedade de classes sociais. Daí sua abordagem primeiramente sociológica. Evidentemente, a antropologia trouxe sua contribuição ao aplicar ao negro seu método característico de observação participante limitado aos universos sociais de pequena dimensão e também ao analisar os significados simbólicos das relações hierarquizadas entre brancos e negros numa sociedade racista.

As questões nacionais, que às vezes engendram pesquisas e que podem desembocar na ação sociopolítica e na intervenção, fazem da antropologia brasileira uma disciplina independente. Os temas de pesquisa não são mais definidos em função da curiosidade científica e das necessidades de dominação do centro europeu de produção do conhecimento sobre o Brasil, como é o caso da maioria dos países africanos. As realidades das populações agrícolas e urbanas atuais justificam a ampliação dos horizontes antropológicos totalmente divorciados das necessidades da antropologia colonial e ocidental. Os movimentos de jovens e suas manifestações culturais e identitárias, a violência urbana, o significado social de algumas doenças, como a Aids, as expressões artísticas contemporâneas no contexto da globalização capitalista, entre outros, constituem muitos novos temas e exigem, além de uma simples releitura, uma abordagem interdisciplinar que integra notadamente a sociologia, a psicologia social, a filosofia, a história, as ciências políticas, as ciências de educação etc.

A antropologia brasileira deve, para afirmar sua independência, operar uma ruptura radical com as bases epistemológicas da antropologia clássica, moderna e contemporânea dos grandes centros americano, francês, inglês etc.? Deve deixar cair todos os paradigmas teóricos e empíricos que fizeram da antropologia uma disciplina científica independente? A resposta correta não seria afirmativa nem negativa. Mas para chegar a

alguma resposta, devemos efetuar um pequeno movimento de recuo, a começar pelo processo de formação dos antropólogos nas universidades brasileiras, para chegar finalmente ao exercício do ofício. Como em todas as outras disciplinas científicas, os antropólogos gostariam também de preservar sua identidade e de cultuar seus antepassados científicos. Essa preservação começa pela formação dos futuros discípulos e profissionais. Deles são exigidos os conhecimentos sobre seus ancestrais: precursores, passando pelos pré-clássicos, clássicos, modernos, pós-modernos até aos contemporâneos atuais.

Raramente encontra-se nessa formação antropológica que vai dos iluministas aos vitorianos; dos vitorianos aos clássicos; dos clássicos aos modernos; dos modernos aos pós-modernos uma referência aos antropólogos do Brasil ou de Portugal, país que colonizou o Brasil, até porque não foram fundadores da antropologia. Todos os antepassados são da França, Inglaterra, Estados Unidos e raramente da Alemanha. Em outros termos, as orientações teórico-metodológicas que formam os antropólogos brasileiros provêm, em grosso modo, das escolas e dos pensadores dos países referidos anteriormente. Mas isso não quer dizer que nunca estudam nem ensinam os nacionais, sobretudo quando se trata de estudos regionais e de estudos de caso em que o empirismo supera a teoria e onde se multiplicam novos temas jamais estudados pelos predecessores clássicos e modernos. Não esqueçamos que esses nacionais foram quase todos formados nas escolas tradicionais e que aplicaram, em seus trabalhos, teorias e esquemas explicativos da antropologia ocidental. Através da leitura das obras dos nacionais, os estudantes em formação releem, entre linhas, os mestres fundadores da antropologia que nunca foram colocados em questão. Evidentemente, um ou outro mestre europeu pode ser objeto de uma crítica liberal sem, portanto, tocar as bases epistemológicas e os paradigmas da disciplina.

Nada mudou realmente, poder-se-ia interrogar? A interdisciplinaridade e o engajamento político de alguns pesquisadores nacionais não os deixam totalmente prisioneiros dos fundadores e das inovações ocidentais contemporâneas. Com efeito, o fato de serem obrigados a recorrer à sociologia, às ciências políticas, à psicologia social ou psicanálise, à história, à geografia cultural etc., amplia os horizontes de análise e explicação e pode, consciente ou inconscientemente, liberar-se dos esquemas tradicionais. O fato de desenvolver pesquisas engajadas, que visam à ação e a mudanças da sociedade, poderia também levar a uma certa ruptura com o conteúdo político de uma ciência construída no exterior, a partir de projeto social alheio e aplicada às sociedades historicamente dominadas.

A questão da formação dos profissionais e da prática da antropologia nos centros das periferias deve ser posta em termos dos limites da hegemonia da antropologia ocidental ou em termos de ruptura epistemológica a partir da criação de novas escolas e novos paradigmas divorciados da matriz ocidental? Não creio que uma questão colocada nessa perspectiva, que põe em equação a manutenção dos paradigmas tradicionais *versus* mudanças radicais caracterizadas pela criação dos novos, possa encontrar a resposta desejada ou esperada. A antropologia enquanto disciplina científica que estuda as sociedades humanas e suas culturas possui uma dimensão espacial, pois nasceu a partir de certos espaços geográficos, e uma dimensão temporal por ter passado na noite do tempo por interpretações e evoluções que a construíram enquanto disciplina acadêmica. Os que a praticam nos centros das periferias dominadas tentam se inserir nessa dimensão temporal, apropriando-se dos mesmos ancestrais, que não rejeitam totalmente embora possam criticá-los e até mesmo superá-los de acordo com as dinâmicas de suas sociedades e dos fenômenos culturais que estudam, e também em função de seus engajamentos políticos.

Numa tal dinâmica, parece-me que os antropólogos dos países outrora dominados ainda estão inibidos quando se trata de produzir grandes obras de reflexão teórica. Eles continuam, ou melhor, continuamos, a grosso modo, a manipular as mesmas referências teóricas produzidas nos grandes centros capitalistas para interpretar até os dados e resultados de nossas próprias pesquisas empíricas, apesar das riquezas do campo e de nossa familiaridade com ele. Por que essa inibição na produção das obras teóricas? Por causa do colonialismo cultural? Das condições de pesquisa caracterizadas pela escassez de amparo financeiro? Do tempo investido mais no ensino, nas tarefas burocráticas e no engajamento com os problemas sociais do que na pesquisa? São muitas as indagações que podem fornecer algumas pistas de especulação para se entender a inibição e submissão às escolas de pensamento dos grandes centros ocidentais e às teorias por eles produzidas.

Todavia, não podemos, a partir dessa situação, afirmar categoricamente que se trata de uma antropologia sem postura crítica, na medida em que as referências teóricas emprestadas passam pelo crivo da crítica ideológica, da experiência do campo e do contexto interdisciplinar do conhecimento. Os jovens antropólogos negros não se incomodam com criticar e contestar os trabalhos que alguns antropólogos escrevem ou têm escrito sobre suas culturas e sociedades. Mas essas críticas e contestações não podem ser caracterizadas como ruptura epistemológica. O que poderia acontecer no dia em que tivermos no Brasil um número suficiente de antropólogos indígenas capazes de se debruçar criticamente sobre a literatura alheia em torno de suas sociedades e culturas? Poder-se-ia esperar, a partir de sua visão de dentro, uma ruptura radical com a epistemologia existente? Isto remete a uma futurologia à qual não posso me expor, mas alguma mudança vai certamente acontecer.

Apesar das críticas, devemos concordar que, durante sua longa caminhada de quase três séculos, a antropologia conseguiu corrigir sua traje-

tória indo à busca do Homem e da Mulher com “H” e “M” maiúsculas; homens e mulheres não mais definidos pelo espaço geográfico (p. ex., o índio, o negro africano, o australiano) nem pela dimensão temporal, isto é, homens e mulheres não definidos como primitivos, mas sim de todos os tempos, incluindo as próprias sociedades ocidentais outrora consideradas apenas como sujeito do discurso e não como sujeitos de pesquisa. Nessa longa caminhada, a antropologia conseguiu, também, aperfeiçoar um método de pesquisa específico: a observação participante, que lhe permite, graças ao tamanho microscópico do universo observado, obter uma relativa visão de dentro para fora. Uma visão que deixa aparecer as vozes do universo e dos sujeitos pesquisados na narrativa antropológica, como nos recomenda a hermenêutica e o pós-modernismo nuançados. Aqui estaria uma diferença teórica no uso daqueles que reivindicam sua identidade de sociólogo e antropólogo. Se por um lado o antropólogo, usando seu método específico dito qualitativo, vai do local ao global graças à abordagem comparativa, por outro lado, o sociólogo privilegia o estudo das sociedades macroscópicas graças ao método quantitativo. Digo, *en passant*, que esta distinção é teórica e justifica a busca da identidade dos que querem defender sua posição de sociólogo e antropólogo, pois, na vida profissional concreta, tem-se antropólogos e sociólogos que, embora carreguem sua formação teórica original, não deixam de enriquecê-la com aquisições teórico-metodológicas e empíricas das disciplinas afins. Esta interface ajuda a não esfregar o sujeito de pesquisa em sua complexidade cultural, que reúne as características tradicionais no sentido levistraussiano de “pensamento selvagem” e suas características sofisticadas, ditas modernas. A separação entre sociologia e antropologia fica ainda mais delicada no estudo das sociedades africanas contemporâneas, cujas realidades tradicionais e modernas se cruzam e recruzam, se opõem e se complementam antes de se reajustarem. Um sociólogo numa indústria moderna africana, em

busca da explicação sobre acidentes de trabalho, pode tropeçar nos fenômenos culturais e vice-versa: um antropólogo em busca da explicação sobre as mudanças culturais numa comunidade tradicional pode tropeçar nos fenômenos de modernidade. A rigor, a questão que se coloca é saber qual tipo de cientista social formar para as sociedades africanas: sociólogo, antropólogo ou um cientista que reúne os dois e que seja capaz de apreender as realidades de hoje e de ontem? Questão resolvida na proposta do curso de ciências sociais em nossa faculdade, em que somos treinados, pela formação básica, a ser um e outro, ou melhor, a ser três em um.

Finalmente, quais seriam as possibilidades de aplicação da antropologia nas sociedades contemporâneas? Em outros termos, quais seriam os prováveis mercados de trabalho que a antropologia ofereceria para vocês daqui a quatro, cinco anos, ao sair da USP com um diploma de graduação em ciências sociais em mãos? Alguns de vocês, que terão ambição e vocação para fazer estudos de pós-graduação, concorrerão às vagas oferecidas pelos três departamentos que formam o curso de Ciências Sociais, ou seja, os Departamentos de Antropologia Social, Sociologia e Ciências Políticas, para mais tarde ingressar na carreira de pesquisador e docente nessas áreas. Outros, sem vocação nem ambição nesse sentido, se dirigirão para outros setores de mercado de trabalho possíveis. Pois bem! Mas que mercados seriam? Veio-me à memória a história de um dos meus alunos moçambicanos quando, há mais de dez anos, fui convidado a lecionar dois meses na Universidade Eduardo Mondlane. Esse aluno de Ciências Sociais me disse que tentou, em vão, fazer com que o pai dele entendesse o que são as ciências sociais que ele estudava. No entanto, o senhor pai dele, analfabeto que trabalhava nas minas da África do Sul, entendia perfeitamente o que são as outras ciências como engenharia, medicina, agronomia, economia, direito, entre outras. Na minha interpretação, esse aluno não soube explicar para o pai dele o

que ele ia exercer como profissão com seu diploma de Ciências Sociais. Pergunto-me se vocês todos sabem o que vão fazer daqui a quatro, cinco anos com seus diplomas de graduação em Ciências Sociais. Pergunto-me se a sociedade brasileira e os responsáveis pelas empresas públicas e privadas sabem o que podem fazer os graduados em Ciências Sociais.

Eu sou um ex-colonizado. Entre ex-colonizado e ex-escravo, ou melhor, ex-escravizado, a diferença não é de natureza, mas apenas de contexto histórico. O ex-escravizado foi arrancado de sua estrutura social e de suas raízes culturais, e transportado num outro continente. O ex-colonizado foi escravizado em sua própria terra, mas não afastado de sua estrutura social e de suas raízes culturais. Diziam os colonizadores, quando abriram as primeiras universidades no continente, que os africanos não tinham capacidade para seguir os cursos de ciências exatas e naturais porque lhes faltava a abstração. Preferencialmente, lhes era recomendado estudar a sociologia e a antropologia, pois graças a essas disciplinas, diziam, eles iam cientificamente descobrir por que são inferiores aos brancos. Eu fui um curioso e um rebelde ao escolher uma disciplina que todos os meus colegas da época consideravam uma ciência colonial. Mas eu não tinha a mínima ideia das possibilidades da antropologia no mercado de trabalho, a não ser a pesquisa e a docência. Numa certa altura, com mais ou menos cinco anos de exercício da profissão, quase desisti da antropologia porque o salário era muito baixo comparativamente ao dos colegas que fizeram outras disciplinas e se encontravam em outros setores do mercado de trabalho fora da universidade. Mas acabei resistindo porque não sabia o que ia fazer além da docência e da pesquisa. Não existiam mesmo possibilidades de aplicação da antropologia além da pesquisa e docência? Existiam, sim, mas o problema é que eu e a sociedade em que vivia não tínhamos consciência dessas possibilidades.

O que quero dizer para vocês é que as possibilidades das ciências sociais no mercado de trabalho são muitas. Mas não é preciso ter antes o diploma em mãos para depois descobri-las. É durante esses anos do processo de formação que vocês vão descobrindo essas possibilidades e se preparando para ingressar numa delas. É por isso que vocês têm na grade curricular de Ciências Sociais disciplinas fundamentais obrigatórias, que modelam sua formação geral de humanistas, disciplinas de iniciação à pesquisa e disciplinas optativas de sua escolha para construir o perfil daquilo que vocês gostariam de fazer depois de sua formação. Nada impede que façam optativas fora das ciências sociais: educação, psicologia social, história, geografia cultural ou humana, comunicação, filosofia, ciências ambientais, ecologia etc. Essa preparação permitir-lhes-á, fora das atividades científicas na universidade, ingressar no mercado de aplicação de ciências sociais, onde se encontram hoje parte importante de sociólogos, antropólogos e cientistas políticos.

A título de exemplos, na Europa e nos Estados Unidos têm-se hoje ONGs humanitárias especializadas muito potentes, que recrutam cada vez mais antropólogos que se interessam pela intervenção social, oferecendo-lhes um mercado de trabalho e o único meio de ruptura com a herança colonial e neocolonial da antropologia aplicada governamental. A partir dos anos 1960, antropólogos, principalmente anglo-saxões, decepcionados com a dimensão predatória da política do desenvolvimento para os povos indígenas, rejeitaram a antropologia aplicada governamental em favor de uma intervenção antropológica associada ao processo de emancipação e libertação. Desde então, eles desempenham, sob diversas formas (testemunho, mediação, assessoria e pesquisa), um papel importante no desenvolvimento do movimento internacional em favor dos povos autóctones. Essa forma de aplicação antropológica, orientada para a defesa das minorias, é designada, na literatura anglo-saxã, pela expressão “*Anthropological Advocacy*” (Advocacia antropoló-

gica). Seus usuários provêm essencialmente da vasta rede de ONGs que surgiu na cena do desenvolvimento nos anos 1970-1980. As intervenções abarcadas pela noção de “*Anthropological Advocacy*” consistem em diversas formas de repatriamento do saber e do saber-fazer antropológico na ação social em favor dos direitos civis dos povos minoritários. Elas se desenvolvem, geralmente, em torno de cinco setores estratégicos: a terra, a saúde, a justiça, a educação e a economia social. Essas atividades podem tomar diversos aspectos, mais empíricos e técnicos do que propriamente antropológicos, mas que dependem estreitamente dos conhecimentos e das competências adquiridas pela experiência da pesquisa fundamental. Por exemplo: atividades de mediação e testemunho; assessoria das ONGs e dos representantes dos povos minoritários em suas relações com as instituições oficiais e com as agências de financiamento; expertises em justiça (violação dos direitos humanos e reivindicações territoriais); atividades de informação e divulgação sobre a situação e suas reivindicações.

Da pesquisa documentária: levantamento e análise de documentos sobre as políticas públicas de desenvolvimento regional e sobre empreendimentos econômicos que afetam as terras indígenas; análise da legislação “indigenista” e estudos dos parâmetros políticos e econômicos de sua elaboração.

Da pesquisa ação: avaliação de projetos de assistência técnica (saúde, educação, cooperativas); investigação sobre os casos de violência ou de invasão territorial; acompanhamento de inquéritos e de campanhas sanitárias; levantamento e publicação de testemunhos e de reivindicações etc.

Dos trabalhos de etnografia didática: redação dos relatórios destinados a apoiar reivindicações fundiárias, como laudos antropológicos (etno-história, economia, usos dos recursos e territorialidade) e elaboração de manuais técnicos e de materiais pedagógicos para uso dos pro-

gramas sanitários e educação (formação de monitores de saúde, alfabetização etc.) são formas de aplicação do saber antropológico que não se confundem com as de sua produção.

A antropologia e a empresa: aprender, analisar e gerir as diferenças culturais, seja entre grupos étnicos, seja entre classes sociais no seio de uma mesma organização, graças ao domínio de uma ferramenta: a compreensão dos mecanismos de alteridade. É neste contexto que os americanos criaram o que chamam “*Industrial Anthropology*” (Antropologia industrial). Daria, aqui, o exemplo de dois jovens engenheiros brasileiros que cursaram minha disciplina de antropologia no curso de graduação e vieram me confessar, depois, que as relações deles com os operários na fábrica melhoraram muito graças às lições que tiraram de minhas aulas.

Antropologia médica aplicada: a demanda da antropologia aumenta nos meios médicos em todos os níveis de exercício do saber medical. A Organização Mundial da Saúde emprega alguns raros antropólogos para colaborar na definição dos programas do organismo. Organizações não governamentais, tais como Médicos Sem Fronteiras ou ministérios de cooperação de alguns países, pedem aos antropólogos para interferirem nos programas de formação do seu pessoal a ser expatriado. Os antropólogos são igualmente convidados para participar das instâncias nacionais ou regionais que se ocupam, por exemplo, de questões bioéticas ou de questões sobre as relações sociais de gênero. Nas clínicas, os antropólogos são muitas vezes solicitados para as sessões de formação dirigidas às enfermeiras que trabalham nos centros hospitalares. O médico generalista também precisa de antropologia, conforme a declaração de alguns médicos, para conciliar rigor e humanismo no tratamento dos doentes.

Devido ao custo muito alto da medicina curativa, a ideologia sanitária atual valoriza a prevenção. Daí uma reflexão sobre as condições de vida das populações. Um organismo como Médicos Sem Fronteiras, por

exemplo, é cada vez mais atento à demanda antropológica, notadamente desde que tiveram que começar a intervir em situações de emergência (guerras, cuidados aos refugiados), em que a ajuda sanitária só terá efeito a médio ou longo prazo, mediante negociações com populações concernidas, por exemplo, à implantação de programas de vacinação. Neste caso, a modificação de um contexto político e a obrigação de implementar uma ação numa situação que arrisca perdurar induz uma mudança de concepção das modalidades de intervenção dos médicos num país em desenvolvimento e justifica o recurso à antropologia. Na campanha de prevenção contra a Aids, recomenda-se aos indivíduos que modifiquem seus comportamentos sexuais. Quais são esses comportamentos sexuais? Só o antropólogo poderá dizê-lo.

A ordem médica reconheceu dois domínios principais onde suas preocupações encontram as da antropologia: a medicina tradicional, chamada paralela nos países ocidentais, e a necessária compreensão recíproca das crenças e práticas dos atores profanos e dos atores científicos, graças à formação e à informação. A questão da existência das terapias tradicionais eficazes e da administração de remédios constituem um dos domínios da aplicação da antropologia médica. O antropólogo pode contribuir tanto na descoberta de novas substâncias químicas nos remédios tradicionais, preocupação principal da etnofarmacologia, quanto nas transformações do ato “terapêutico” tradicional em gesto eficaz para a saúde, por exemplo, esforçando-se em corrigir a utilização de certos remédios tradicionais:

segundo os médicos, certas propriedades seriam ingeridas em doses prejudiciais para a saúde, sobretudo no caso das crianças. Seria o caso das plantas utilizadas pelos curandeiros para curar as perturbações digestivas. Em seguida, a valorização da planta perante o medicamento de farmácia constitui um obstáculo na relação já difícil entre médicos e doentes, e

pode influir na decisão muito frequente de abandonar os tratamentos biomédicos⁷.

A antropologia é necessária em todos os projetos de formação. Que esta esteja dirigida à população, aos terapeutas tradicionais e ao pessoal da saúde, pouco importa. O antropólogo poderá contribuir para ensinar à população como proteger-se, por exemplo, dos efeitos secundários de ações de saúde, como no caso das consequências de uma campanha para a utilização dos mosquiteiros na luta contra o paludismo. Depois de uma dessas campanhas, os mosquitos mudaram o comportamento: em vez de picarem no interior das casas depois da meia-noite, começaram a picar fora das casas entre 21 e 23 horas. “Agora que estudamos o comportamento dos mosquitos, precisamos de um antropólogo para ajudar a estudar o comportamento das populações, para saber como agir para que as crianças de 5 anos possam voltar mais cedo para casa para serem protegidas⁸.”

Nos países pluriétnicos, pluriculturais, em que os projetos de educação estão preocupados com a problemática da identidade étnica do aluno e que hoje discutem a questão do multiculturalismo na educação, a contribuição dos antropólogos não pode ser dispensada.

Entre o médico e o doente, existe a cultura e esta pode ser a responsável por muitos males. O caso de Aids na África é particularmente esclarecedor. Na visão africana da doença, a prevalência de uma patologia particular é sempre explicada por fatores culturais. Interrogam-se, hoje, sobre a possibilidade da circuncisão, excisão e escarificação como fatores culturais de transmissão da Aids. Nessas condições, a antropologia é médica na medida em que coloca em evidência traços culturais, cuja importância pode ser medida por seus efeitos fisiológicos.

Poderia me prolongar sobre as possibilidades de aplicação da antropologia no mercado de trabalho, mas creio que esses exemplos são sufi-

cientes para alertar sua consciência e preparar vocês para enfrentarem as realidades da profissão. Não vejo, hoje, neste contexto da globalização, nenhuma abundância de empregos também em outras áreas de formação científica. Mas pior seria não ter consciência dentro da escassez das possibilidades que existem e capitalizá-las ao máximo. A antropologia, repito, pode ter aplicações na medicina; nas questões de desenvolvimento; nas relações de trabalho nas empresas e fábricas; nas questões de direitos humanos; nas políticas públicas; na educação; nas políticas de preservação dos meios ambientes e dos ecossistemas ou questões ecológicas; nos museus; na consultoria a empresas e ONGs; na preservação dos patrimônios históricos e culturais etc.

Podemos reinventar a antropologia no Brasil. E por que reinventá-la? Vocês não estão obrigados a responder a esta pergunta agora, sobretudo depois da efervescência que esta aula deve ter provocado em suas cabeças. Mas a deixo carinhosamente à reflexão de vocês. Quem sabe, no fim do processo de sua formação acadêmica ou na infundável caminhada da vida intelectual, vocês possam ensaiar alguma resposta.

Notas

- ¹ Aula inaugural para alunos de Ciências Sociais, ano acadêmico 2012, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Professor Titular do Departamento de Antropologia. São Paulo, 27 de fevereiro de 2012.
- ² J. Copans, S. Tornay, M. Godelier, C. Backès-Clément, *Anthropologie: sciences des sociétés primitives?*, Paris, Éditions EP, 1971.
- ³ C. Lévi-Strauss, “La crise moderne de l’anthropologie”. In *Courrier de l’Unesco*, n. 11, 1961, pp. 12-17.
- ⁴ Schwarz, *Colonialistes, africanistes et africains*, Montréal, Nouvelle Optique, 1979.

- ⁵ Ver a respeito Kuper, *Anthropologists and Anthropology. The British School, 1922-1972*. London, Allan Lane, 1973; K. Gough, “Anthropology: Child of Imperialism”, in *Monthly Review*, vol. 19, n. 11, p. 12-27; J. Copans, *Anthropologie et imperialism*, Paris, Maspero, 1974.
- ⁶ C. Lévi-Strauss, “Contribuição para o estudo da organização social Bororo”, in *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 3, n. 27, pp. 8-79; “La vie familiale et sociale des Indiens Nambikwara”, in *Journal de la Société des américanistes*, n. 37, 1948, pp. 1-32; R. Bastide, *Les Amériques noires. Les civilisations africaines dans le Nouveau Monde*, Paris, Payot, 1967; *Les religions africaines au Brésil*, Paris, PUF, 1969.
- ⁷ Marc-Éric Gruénais, “Anthropologie médicale appliquée”, in Jean-François Baré (sous la direction), *Les applications de l’anthropologie. Un essai de réflexion collective depuis la France*, Paris, Karthala, 1995, pp. 197.
- ⁸ Op. cit., pp. 202.